



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 74, DE 2021

(n° 619/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 619

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Polônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 955/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 25 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/11/2021, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3029635** e o código CRC **B98071AC** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009138/2021-05

SEI nº 3029635

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO

CPF.: 533.148.756-49

ID.: 5565 MRE

1962 Filho de Afonso de Araújo Ribeiro e Maria José de Macedo Ribeiro, nasce em Belo Horizonte/MG.

Dados Acadêmicos:

1985 Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
1990 Curso de Mestrado em Direito Constitucional/UFGM
1991 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata/IRBr
1992 Embaixada em Quito, estágio profissionalizante
1994 Embaixada em Paris, viagem-prêmio do CPCD (Université Paris II - Panthéon-Assas)
1997 Especialização em Integração Europeia, Collège d'Europe, Bruges/Bélgica
2000 Curso da OMC de Política Comercial para Países Membros da ALADI, Montevideu/Uruguai
2000 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas/IRBr, aprovado em 1º lugar
Curso de Altos Estudos/IRBr - "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros", menção "Com louvor".

Cargos:

1992 Terceiro-secretário
1996 Segundo-secretário
2003 Primeiro-secretário
2007 Conselheiro, por merecimento
2011 Ministro de segunda classe, por merecimento
2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1992-95 Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-97 Departamento de Integração Latino-Americana, assessor
1997-2000 Missão junto à Comunidade Europeia, segundo-secretário
2000-04 Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul, segundo e primeiro-secretário
2004-06 Coordenação-Geral de Contenciosos, subchefe
2006-07 Departamento Econômico, coordenador
2007-08 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, assessor
2008-11 Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, conselheiro e ministro de segunda classe
2011-13 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2013-17 Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, assessor
2017-18 Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, chefe de gabinete
2019- Embaixada do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, embaixador

Publicações:

1993	"O Mercosul Social", in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial, março de 1993, Brasília/DF
1993	"I Programmi di Sviluppo Nell'Ambito del Mercosud", in Quaderni IILA, Serie Economia, nº 12, Milão/Itália
1994	"Mercosur and the Environment", in Agenda 21 and Latin America: the Challenge of Implementing Environmental Law and Policy, E-IDB Publications, Santiago/Chile
1995	"Os Limites do Executivo", in Relatório Final do Seminário Mercosul: Desafios da Conjuntura e a Participação da Sociedade na Integração, Florianópolis/SC
2005	"Solução de Controvérsias Comerciais Internacionais", in Desafios do Direito Internacional Contemporâneo, FUNAG, Brasília/DF
2007	L'Avenir Selon Georges Bernanos", com Roberto Carvalho de Azevêdo, in L'Economie Politique nº 35, Paris/França
2009	"O Brasil e o Contencioso na OMC", com Roberto Carvalho de Azevêdo, Tomo I, Série GVLaw, São Paulo/SP
2013	"O Contencioso dos Pneus Reformados: Articulação Interinstitucional e Diplomacia Interna", com Bruno Guerra Carneiro Leão, in O Sistema de Solução de Controvérsias na OMC: uma Perspectiva Brasileira, FUNAG, Brasília/DF

Condecorações:

2013	Ordem da Inconfidência, Minas Gerais, Medalha de Honra
2013	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2016	Medalha Mérito Tamandaré, Marinha
2017	Medalha Mérito Santos-Dumont, Aeronáutica
2017	Medalha do Pacificador, Exército
2018	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2018	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2018	Medalha Mérito Consular 2018, Minas Gerais

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa II

POLÔNIA



FICHA-PAÍS
INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Polônia
GENTÍLICO	Polonês
CAPITAL	Varsóvia
ÁREA	313 mil km²
POPULAÇÃO (2020) ¹	37,96 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Polonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES²	Católica romana (91%); Cristã Ortodoxa (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional, bicameral: <i>Sejm</i> (câmara baixa) e Senado (câmara alta).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andrzej Duda (desde agosto de 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki (desde dezembro de 2017)
CHANCELER	Zbigniew Rau (desde agosto de 2020)
PIB (2020) ¹	US\$ 595 bilhões
PIB PPC (2020) ¹	US\$ 1,3 trilhões
PIB PER CAPITA (2020) ¹	US\$ 15,7 mil
PIB PPC PER CAPITA (2020) ¹	US\$ 34,2 mil
VARIAÇÃO DO PIB ¹	5,1% (2021E); -2,7% (2020); 4,7% (2019)
IDH (2019) ³	0,880 (35ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) ⁴	77,86 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020) ²	99%
DESEMPREGO (9/2021) ⁵	3,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Złoty (PLN)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	Cerca de 3.000 brasileiros.

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Polônia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Polônia	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	1.024	915	1.190	1.557	1.510	1.445
Exportações	495	428	596	857	850	826
Importações	529	487	594	700	661	619
Saldo	-35	-60	2	157	189	207

Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

Andrzej Sebastian Duda

Presidente da República da Polônia



Andrzej Duda, 49 anos, nasceu em Cracóvia. É graduado, mestre e doutor em Direito pela Universidade de Jagiellonian, onde manteve carreira acadêmica. Após breve atuação no extinto partido União da Liberdade, Duda filiou-se ao partido Lei e Justiça (PiS) em 2005. Em 2011, foi eleito deputado no Parlamento polonês, deixando o cargo para assumir cadeira no Parlamento Europeu em 2014. Venceu as eleições presidenciais da Polônia em 2015 e foi reeleito em 2020. Antes de assumir a presidência, Duda teve de se desfiliar do PiS, conforme a legislação do país, porém permanece no campo político do partido.

Mateusz Jakub Morawiecki
Primeiro-Ministro da Polônia



Nasceu em Breslávia, em 20 de junho de 1968. Antes de ser Primeiro-Ministro, trabalhou como banqueiro, economista, advogado e historiador. No governo de Beata Szydło (2015-2017), serviu como Primeiro-Ministro adjunto, Ministro do Desenvolvimento e Ministro das Finanças. Em dezembro de 2017, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Andrzej Duda após a renúncia de Beata Szydło e seu gabinete.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer a restauração da independência da Polônia, em 1918, fato sempre lembrado com simpatia pelos poloneses. O primeiro Presidente polonês a visitar o Brasil foi Lech Wałęsa, em 1995, e o Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso retribuiu a visita em 2002.

As relações diplomáticas entre Brasil e Polônia são tradicionais e fluidas. O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina e destino cada vez mais importante de investimentos poloneses. Ao menos 10 empresas polonesas estão presentes como investidoras significativas no mercado brasileiro.

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, existem significativos vínculos culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de comunidade expressiva de descendentes de poloneses (em torno de 2 milhões de pessoas), que migraram entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX.

Apesar da diferença de escala (o Brasil é cinco vezes maior em termos de população e economia), a Polônia dá especial atenção às suas relações com o país. O Brasil é mencionado como “parceiro prioritário” na região em dois documentos-chave da política externa polonesa: “Estratégia da República da Polónia para países em desenvolvimento não europeus” de 2004 e “Prioridades da Política Externa Polonesa 2012-2016”.

ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Os contatos de alto nível no governo do Presidente Jair Bolsonaro têm sido fluidos. Os Presidentes dos dois países encontraram-se em Davos, em janeiro de 2019, e mantiveram conversa telefônica em maio de 2020. Em setembro de 2021, os dois Presidentes mantiveram encontro bilateral à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York. A planejada visita do Sr. PR a Varsóvia, prevista inicialmente para abril de 2020, teve de ser adiada em razão da pandemia e está prevista para o início de 2022.

O MNE polonês esteve no Brasil em janeiro de 2019 e em fevereiro de 2020, ao passo que o então Ministro Ernesto Araújo esteve em Varsóvia em fevereiro de 2019, para Conferência Ministerial sobre Paz e Segurança no Oriente Médio, e em maio daquele ano, para visita bilateral.

O Embaixador do Brasil em Varsóvia foi recebido pelo MNE Zbigniew Rau em 25/5 e conversou com o Presidente Andrzej Duda à margem de cerimônia com o corpo diplomático polonês, em 23/6.

O fluxo de comércio bilateral com o Brasil em 2020 foi de US\$ 1,4 bilhão, registrando queda de 4,4%. As exportações brasileiras somaram US\$ 826 milhões (-2,9%), as importações US\$ 619 milhões (-6,5%), e o saldo comercial US\$ 207 milhões.

Os principais produtos de exportação foram minérios de cobre (29%), farelo de soja (28%) e motores (19%) e, de importação, medicamentos veterinários (15%), partes de veículos (11%) e borrachas sintéticas (5,5%).

De janeiro a agosto de 2021, houve incremento de 33% no fluxo de comércio bilateral em comparação ao mesmo período do ano anterior, com exportações de US\$ 631 milhões (+19,7%) e importações de US\$ 620 milhões (+50%), resultando em superávit brasileiro de US\$ 11 milhões.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina, e, nos últimos anos, houve crescente adensamento das relações bilaterais em comércio e investimentos.

O fluxo de comércio bilateral com o Brasil em 2020 foi de US\$ 1,4 bilhão, registrando queda de 4,4%. As exportações brasileiras somaram US\$ 826 milhões (-2,9%), as importações US\$ 619 milhões (-6,5%), e o saldo comercial US\$ 207 milhões. Os principais produtos de exportação foram minérios de cobre (29%), farelo de soja (28%) e motores (19%) e, de importação, medicamentos veterinários (15%), partes de veículos (11%) e borrachas sintéticas (5,5%).

Para além do comércio, o empresariado polonês tem demonstrado interesse crescente em investir no Brasil. Nos últimos anos, registraram-se significativos investimentos diretos no Brasil de empresas polonesas que atuam em vários setores, como o químico, o ferroviário, de materiais para a construção civil, de geração de energia elétrica e de tecnologias da informação e das comunicações. Ao menos dez empresas polonesas já estão presentes como grandes investidoras no Brasil, e trabalha-se na identificação de convergências entre empresas brasileiras e polonesas, com vistas ao incremento de suas inserções competitivas nas cadeias de valor internacionais.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

Questões de defesa e segurança têm recebido tratamento prioritário do governo polonês em sua política externa. Apesar do caráter incipiente da relação bilateral em defesa, há grande potencial para sua dinamização.

No que diz respeito ao Brasil, a aproximação é favorecida pela atuação de adidos de defesa em Varsóvia e Brasília desde 1999 e pela vigência, desde 2016, de Acordo-Quadro bilateral em matéria de Defesa, assinado em 2010.

No âmbito da formação educacional e treinamento, têm sido realizados intercâmbios de pessoal entre escolas militares de ambos os países, bem como trocas de visitas e participação de oficiais, como observadores, em operações militares. Entre 2013 e 2018, aproximadamente 40 oficiais do Exército Brasileiro realizaram cursos em Instituições Acadêmicas Militares polonesas.

A Embraer tem interesse em fornecer aviões militares para as Forças Armadas polonesas, sobretudo o cargueiro KC-390. Em maio de 2019, o Ministério da Defesa polonês anunciou, formalmente, interesse em adquirir aviões para o transporte de tropas, lançando etapa pré-licitação de diálogo técnico com possíveis fornecedores, da

qual a Embraer tomou parte. Em setembro de 2019, o governo polonês adquiriu, em caráter emergencial, cinco aeronaves C-130H usadas dos EUA.

Ressalta-se a importância da assinatura de Acordo Para Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada para a participação da Embraer em eventual concorrência, de vez que, em razão da confidencialidade de informações envolvidas, o governo polonês demanda arcabouço jurídico para a troca de informações.

ACORDO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

Um dos requisitos apresentados pelo governo polonês para participação da Embraer na licitação de novas aeronaves foi a celebração de acordo entre Brasil e Polônia sobre proteção de informações classificadas. No Acordo-Quadro de Defesa (2010), o artigo 6, sobre “Proteção da Informação Sigilosa Trocada”, prevê que “a proteção da informação sigilosa trocada entre as Partes Contratantes, relacionada a temas deste Acordo-Quadro, será estabelecida em acordo específico”.

Nesse sentido, foi formulada, em coordenação com o GSI-PR, proposta brasileira de Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas entre Brasil e Polônia, apresentada ao lado polonês em 12/7/19. As partes concordaram, posteriormente, em negociar o texto por videoconferência, realizada em 19 e 20/01/2021. A reunião virtual resultou em texto comum, submetido a análise jurídica e formal nas partes. As partes propuseram, posteriormente, alterações de ordem formal, incorporadas ao texto final, alcançado em agosto de 2021. O texto está, sob a perspectiva brasileira, pronto para assinatura. O lado polonês, por seu turno, tomou conhecimento da aceitação brasileira em 27/8/2021 e submeteu o texto ao Conselho de Ministros daquele país, com vistas a sua assinatura.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

A Polônia apoia a adesão do Brasil à OCDE, porém se alinha com a posição europeia. A UE favorece a expansão da OCDE, mas condiciona a aprovação de novos membros não europeus à aprovação de novos membros europeus.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

A Polónia é o maior produtor europeu de carne de frango. Alguns setores têm externado a preocupação com o acirramento da concorrência no mercado europeu, tanto em função dos preços competitivos dos produtos do MERCOSUL, como pela crença de que a produção de carne na UE teria de atender a padrões mais rigorosos do que seus concorrentes extracomunitários.

Segundo a Comissão Europeia, as quotas de carne bovina (99 mil toneladas) e de aves (180 mil toneladas) concedidas ao MERCOSUL representam 1,2% do consumo comunitário anual; as 180 mil toneladas de açúcar (quota na OMC) que terão sua tarifa zerada correspondem a 1% do consumo comunitário anual; e a quota de etanol (650 mil) também equivale a apenas 1% do consumo comunitário anual (somente 0,5% do consumo, no caso do etanol combustível).

A chancelaria polonesa tem-se posicionado favoravelmente à assinatura do acordo.

ALIANÇA INTERNACIONAL PARA A LIBERDADE DE RELIGIÃO OU CRENÇA (IRFBA)

Em julho de 2018, o governo dos EUA sediou a I Ministerial para a Promoção de Liberdade de Religião, com o objetivo de discutir desafios e de identificar caminhos para combater a perseguição e a discriminação religiosa no mundo. O evento reuniu representantes de governo, da sociedade civil, de organizações religiosas e de organizações internacionais. A II Ministerial foi sediada também pelos EUA, em 2019. A III Ministerial teve lugar em Varsóvia, na Polônia, em formato virtual, em 2020.

A Aliança Internacional para a Liberdade de Religião ou Crença (IRFBA) foi lançada em Washington, em fevereiro de 2020. Os EUA propuseram-na como núcleo de países “like-minded”. O Brasil aderiu como membro fundador, juntamente com EUA, Albânia, Estônia, Grécia, Hungria e Polônia. A Aliança conta com 32 países membros, entre os quais Áustria, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, EUA, Geórgia, Grécia, Hungria, Israel, Letônia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Reino Unido e Ucrânia.

COOPERAÇÃO NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

Brasil e Polônia têm frequentemente defendido posições convergentes em temas do Conselho de Direitos Humanos. Na 47ª sessão do CDH, em julho deste ano, o Brasil renovou seu apoio ao projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Belarus, de iniciativa da União Europeia, em atenção, também, a gestões polonesas. Na mesma sessão, o Brasil aceitou convite da missão polonesa para copatrocinar painel sobre o papel da educação em direitos humanos no combate à corrupção.

A convite da Polônia, o Brasil co-organizou, em 22 de agosto, evento paralelo em Nova York para marcar o Dia Internacional das Vítimas de Atos de Violência baseados em Religião ou Crença, criado em 2019, por meio da resolução A/RES/73/296, cujo “core group” foi liderado pela Polônia e integrado pelo Brasil.

ASSUNTOS CONSULARES

Os consulados honorários brasileiros na Polônia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw. A comunidade brasileira é pequena, se comparada àquela residente em outros países europeus. Cracóvia, Varsóvia, Gdansk e Wroclaw despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros. No início de 2021, a Embaixada do Brasil em Varsóvia estimava em 3.000 o número de brasileiros residentes da Polônia.

POLÍTICA INTERNA

A Polônia é uma república parlamentarista, independente desde 11/11/1918 (depois de ter sido extinta após sucessivas partilhas de seu território entre Áustria, Prússia e Rússia entre 1772 e 1795). Trata-se de Estado unitário, dividido em 16 províncias.

Eleito por voto direto, o Presidente da República é o chefe de Estado e possui prerrogativas que, a despeito do caráter parlamentar do país, conferem-lhe importante papel na condução política nacional (o Presidente pode, por exemplo, iniciar o processo legislativo e interrompê-lo, a qualquer momento, pela imposição de veto ao Parlamento).

O poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, encabeçado pelo Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente e referendado pela Assembleia Nacional. O poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, bicameral. O Sejm (câmara baixa) é formado por 460 representantes eleitos por voto proporcional, e o Senado (câmara alta) é formado por 100 representantes eleitos por método singular de votação em bloco em diversos distritos eleitorais.

O Presidente Andrzej Duda foi eleito em maio de 2015 e reeleito em julho de 2020. Mateusz Morawiecki foi nomeado Primeiro-Ministro em dezembro de 2017 e confirmado no cargo após as eleições de outubro de 2019. As próximas eleições legislativas deverão ocorrer na segunda metade de 2023. Apesar das recentes vitórias eleitorais, a coalizão de governo encontra-se instável após a saída do partido Acordo, em razão de controvérsia sobre lei de mídia que prejudicaria a liberdade de imprensa no país.

O retorno ao país de Donald Tusk, ex-Presidente do Conselho Europeu e líder do partido Plataforma Cívica, infundiu novo ímpeto à oposição, que vem crescendo em pesquisas de opinião e ameaça a manutenção do Partido da Lei e Justiça (PiS) no poder.

POLÍTICA EXTERNA

Alcançados os principais objetivos de sua diplomacia no pós-Guerra Fria (integração à OTAN, à União Europeia, ao FMI e à OCDE), Varsóvia passou a buscar maior projeção no contexto europeu e a garantia de sua segurança. Se a estratégia polonesa de desenvolvimento priorizou sua integração à economia europeia, no plano da defesa o país aproximou-se dos EUA.

Como forma de alavancar sua influência na Europa e na aliança transatlântica, a Polônia participa de diversas iniciativas de geometrias variáveis na região, como o Grupo de Visegrado, a Iniciativa dos Três Mares, os Nove de Bucareste, a Iniciativa Centro Europeia, o Foro de Salzburgo e a Cooperação de Defesa da Europa Central (nesta com status de observadora). Também toma parte em frequentes diálogos bilaterais e trilaterais. A Polônia vem buscando, ademais, ter atuação mais destacada no plano internacional, como, por exemplo, por meio de maior participação no G-20. A proximidade de potências regionais, como o Brasil, favorece esse objetivo.

ESTADOS UNIDOS

As relações com os EUA ocupam espaço central na política externa do país. Ainda que não mantenham atualmente a mesma sintonia ideológica verificada durante a administração Trump, os vínculos seguem firmes no governo Biden. O país busca manter laços especiais em temas de interesse comum, notadamente nos campos estratégico e de defesa.

OTAN

O relacionamento com a OTAN, e, em particular, com os Estados Unidos, é crucial para a Polônia. A Polônia tem sido vocal em favor do reforço das capacidades militares, logísticas e de inteligência da OTAN no chamado "flanco oriental" (países que fazem fronteira com a Rússia) e defende uma política de "portas abertas" da OTAN a países como Ucrânia e Geórgia. Atualmente, o governo polonês gasta cerca de 2% do PIB com defesa, o que posiciona o país entre os membros da OTAN que mais investem no setor. Ademais, possui o compromisso de aumentar os gastos militares para 2,5% do PIB até 2030. Segundo o Stockholm International Peace Research Institute, no período entre 2016 e 2020, os principais fornecedores de armamentos à Polônia foram os EUA (33% do total importado pela Polônia) e a Itália (13%).

GRUPO DE VISEGRADO

O Grupo de Visegrado (V4) reúne quatro países da Europa Central - Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca – com o objetivo de cooperação nas áreas de economia, comércio, ciência, cultura e educação. Formou-se em 1991, durante as

cúpulas dos líderes da então Tchecoslováquia. Os países do agrupamento apresentam as economias mais relevantes entre os Estados que orbitavam a extinta URSS.

O agrupamento busca demonstrar que sua existência não é óbice à plena participação nacional na União Europeia; adicionalmente, apresenta-se como interlocutor legítimo entre o bloco e os Balcãs Ocidentais - Montenegro, Sérvia, Macedônia do Norte, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo.

Em 2021, o grupo comemorou 30 anos em cúpula que ocorreu na Cracóvia. Na ocasião, os líderes dos quatro países reforçaram a imagem do V4 como importante foro de cooperação da Europa Central e teceram críticas à atuação de instituições europeias, sobretudo da Comissão Europeia, em supostamente estender seus poderes para além do estabelecido nos tratados.

PRIMAZIA DA CONSTITUIÇÃO POLONESA EM RELAÇÃO AO DIREITO COMUNITÁRIO EUROPEU E RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

O Tribunal Constitucional (TC) da Polônia prolatou, em outubro de 2001, decisão em que proclama a primazia da constituição polonesa sobre certos aspectos da legislação comunitária. Em sua decisão - que contou com três votos favoráveis e dois dissidentes - o Tribunal considerou inconstitucionais interpretações de preceitos de tratados constitutivos da UE que se possam sobrepor à constituição polonesa. A decisão foi tomada a partir de consulta formulada pelo gabinete do primeiro-ministro Mateusz Morawiecki em março passado.

A decisão serviria como precedente legal para que o governo polonês passe a não acatar determinações do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), notadamente nos casos dos procedimentos relativos ao regime disciplinar do judiciário polonês; e à disputa com a República Tcheca no tocante à mina carbonífera de Turów.

Recentemente, o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) decidiu estabelecer pena diária de 500 mil euros à Polônia pelo descumprimento de decisão liminar imposta por aquela corte em maio passado que determinou a imediata interrupção das operações da mina de carvão de Turów, localizada no sudoeste do país, precisamente na fronteira tríplice com Alemanha e República Tcheca.

Em declaração sobre a decisão publicada em sua página oficial, a chancelaria polonesa assegurou que a legislação europeia continua plenamente válida e em vigor na Polônia; que o TC teria apenas reconfirmado ser a constituição nacional hierarquicamente superior aos tratados internacionais - o que teria inclusive paralelo, por sua vez, em decisões anteriores e similares daquela corte, prolatadas em governos precedentes. A chancelaria aduz que o entendimento do TC encontraria respaldo em decisões similares de outros tribunais nacionais europeus.

Multiplicam-se, nesse sentido, alegações da oposição de que o governo liderado pelo PiS arquitetaria a saída da Polônia da UE. O PiS insiste, de sua parte, não ter intenção alguma de perseguir um pretenso “Polexit”. O Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki defendeu “termos os mesmos direitos que outros países e queremos que sejam respeitados”. Atribuiu os rumores de saída da UE a “falsidades da oposição”, asseverando que “o lugar da Polônia é e sempre será na família europeia das nações”.

O PiS sustenta que a manifestação do TC seria tão somente no sentido de impedir que instituições europeias interfiram nos assuntos internos dos Estados membros, derogando poderes legitimamente conferidos pelo "Acquis Communautaire".

ECONOMIA

Com PIB (PPP) de USD 1,3 trilhão, a Polônia é a quinta maior economia da União Europeia e uma das mais dinâmicas. Seu crescimento médio anual nos cinco anos de 2015 a 2019 foi de 4,4%. Em 2020, o PIB polonês regrediu 2,7%, porém a Comissão Europeia prevê crescimento de 4,8%, em 2021; e de 5,2%, em 2022. O desemprego reduziu-se de 3,3%, em 2019, para 3,2%, em 2020, e deve elevar-se ligeiramente para 3,5%, em 2021. O déficit público de 7%, em 2020, deve reduzir-se para 2,3%, em 2022.

A economia polonesa tem crescido a taxas superiores à média europeia em grande parte devido ao afluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED), atraídos essencialmente pelas dimensões, pela situação geográfica vantajosa e pela mão de obra qualificada do país. A atratividade da Polônia para o investidor estrangeiro é reforçada especialmente nas Zonas Econômicas Especiais, em razão de carga tributária mais baixa do que a praticada na maioria dos demais países da UE. Outros custos operacionais, como força de trabalho e aluguéis, são menos onerosos na Polônia em relação a outros países europeus e têm sido fator importante para a decisão de alocação de IED no país.

Diante do bom desempenho da economia, apesar da atual conjuntura econômica mundial desfavorável, os benefícios macroeconômicos de eventual adesão da Polônia à zona do euro são atualmente menores do que em 2004, ano em que o país ingressou na União Europeia. A Polônia cumpriu, em 2015, os quatro critérios de convergência necessários para integrar a zona do euro, mas não há definição quanto à adoção da moeda única no curto prazo. A adoção da moeda comum europeia enfrentaria, ademais, problemas legais e a falta de consenso político necessário para mudar a Constituição. O atual governo do PiS é contrário à adoção da moeda, assim como a maior parte da população.

A Polônia é a terceira maior exportadora para a Alemanha, superada apenas por China e Holanda, e deve em breve ultrapassar a França em termos de fluxo comercial. Um dos principais projetos econômicos internacionais da Polônia é a Iniciativa dos Três Mares.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

séc. VIII AD	A tribo eslava dos polanos se estabelece no atual território da Polônia.
c. 960	Início do reinado de Mieszko I, da Dinastia Piat.
966	Conversão de Mieszko ao Rito Latino do Cristianismo, marco fundacional da Nação polonesa.
1025	Primogênito de Mieszko, Boleslaw I é coroado o primeiro rei da Polônia.
1241-1287	Invasões mongóis.
1314	Polônia é dividida em cinco principados.
1386	Formada a União Polaco-Lituana.
1505	Lei <i>Nihil novi</i> transfere para o Parlamento várias prerrogativas legislativas do monarca.
1569	União de Lublin estabelece a <i>Commonwealth</i> Polaco-Lituana.
1600	Commonwealth propõe união com a Rússia.
1683	Polônia assegura vitória militar decisiva na Batalha de Viena contra o Império Otomano
1764	Catarina II da Rússia impõe Stanislaw August Poniatowski como rei da <i>Commonwealth</i> .
1772	Primeira partição da Polônia, entre Rússia, Prússia e Áustria.
1791	Promulgação da Constituição: reconhecimento do estado de direito.
1792	Invasão russa.
1793	Segunda partição da Polônia.
1794	Capitulação de Varsóvia, invadida por Rússia e Prússia.
1795	Terceira partição da Polónia, que deixa de existir como entidade soberana.
1807	Estabelecimento do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte.
1815	Congresso de Viena estabelece o Reino da Polónia, em união pessoal com o Império Russo.

1830/1848/ 1863	Sucessivas insurreições populares buscaram reestabelecer, sem sucesso, a independência do país
1905	Revolução de 1905.
1914	I Guerra Mundial; poloneses circunscritos nos exércitos de Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia.
1919	Conferência de Versalhes reestabelece a Polônia como Estado soberano.
1919-1921	Guerra Russo-Polonesa.
1920	Guerra Polaco-Lituana.
1921-1926	Segunda República.
1926	Józef Pilsudski comanda golpe militar contra o Governo democrático; início do Regime de Salvação.
1935	Morte de Pilsudski e início do Regime dos Coronéis.
1939	Polônia rejeita as demandas territoriais da Alemanha nazista; celebração de alianças com o Reino Unido e a França. Invasão da Polônia pela Alemanha.
1941	Ocupação total da Polônia pela Alemanha nazista; formação do Governo em exílio.
1943	Levante do Gueto de Varsóvia.
1944	Exército Vermelho e Exército Popular da Polônia entram em território polonês; Levante de Varsóvia tenta estabelecer governo democrático independente da URSS, antes das chegadas das tropas do Exército Vermelho a Varsóvia.
1945	A Conferência de Potsdam redesenha o mapa da Polônia e desloca o país para oeste. Fundação da República Popular da Polônia.
1947	Eleições controladas dão ao Partido dos Trabalhadores Unidos vitória expressiva.
1980	Com o estabelecimento do Sindicato “Solidariedade”, tem início o processo sustentado de luta para a derrubada do regime socialista.
1981	URSS nomeia o Ministro da Defesa, Wojciech Jaruzelski, Primeiro-Ministro e primeiro-secretário do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Decretada lei marcial.
1986	Anistia geral.

1989	Realização das primeiras eleições legislativas parcialmente livres. Tadeusz Mazowiecki, jornalista e membro do Solidarnosc, é incumbido pelo Presidente da República para formação de novo governo.
1990	Dissolução do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Eleição de Lech Walesa à Presidência da República.
1993	Saída das últimas tropas russas da Polónia.
1997	Adoção da nova Constituição.
1999	Polónia ingressa na OTAN.
2004	Polónia ingressa na União Europeia.
2010	Acidente aéreo de Smolensk vitima cúpula governamental polonesa.
2015	Vitórias eleitorais do partido Lei e Justiça (PiS): eleição de Andrzej Duda para Presidente da República (maio) e vitória nas eleições legislativas (outubro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1830	Em espetáculo em prol dos participantes do levante polonês de 1830, em Paris, D. Pedro I defende a restauração da nação polonesa.
1869	Primeira leva de imigrantes poloneses chega ao Brasil.
1907	Ruy Barbosa defende na Haia a restauração do Estado polonês.
1918	Brasil reconhece a independência da Polônia (17/8).
1920	Entrega suas credenciais ao Presidente Epitácio Pessoa o primeiro enviado polonês, Ksawery Orłowski (27/5).
1921	Entrega suas credenciais ao Presidente Jósef Pilsudski o primeiro enviado brasileiro, Rinaldo de Lima e Silva (3/6).
1922	Presidente Epitácio Pessoa condecorado com a Ordem da Águia Branca.
1927	Assinado Acordo de Imigração; 41 mil poloneses chegariam ao Brasil entre 1919-1939.
1929	Criada no Rio de Janeiro a Associação Polono-Brasileira Cultural e Econômica; criada em Varsóvia a Associação Polono-Brasileira Ruy Barbosa; assinado Acordo Alfandegário.
1934	Visita ao Brasil do Presidente do Senado polonês, Władysław Raczkiewicz; visita à Polônia de missão militar comandada pelo Gal. Leite de Castro.
1935	Presidente Getúlio Vargas condecorado com a Ordem da Águia Branca.
1939	Legação polonesa no Rio de Janeiro estabelece Comitê de Ajuda às Vítimas da Guerra.
1940	Atraca no Brasil o navio "Angola", com poloneses refugiados de guerra; início do recrutamento de cidadãos poloneses no Brasil para os campos de batalha na Europa.
1945	Governo brasileiro retira seu apoio ao governo polonês no exílio e passa a apoiar o governo temporário de União Nacional em Varsóvia.
1946	Legação polonesa retoma suas atividades no Rio de Janeiro.
1947	Reaberta Legação brasileira em Varsóvia.
1961	Representações diplomáticas elevadas ao nível de Embaixadas; visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Polónia, Adam Rapacki.

1962	Visita à Polônia do Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas; visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior Witold Trampczynski.
1985	Encontro entre o então Presidente José Sarney e o primeiro-secretário do Partido Operário Unificado da Polônia, Wojciech Jaruzelski, em Nova York.
1991	Visita ao Brasil do Presidente do Senado Andrzej Stelmachowski; visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia, Krzysztof Skubiszewski.
1995	Visita ao Brasil do Presidente Lech Walesa.
2000	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jerzy Buzek e do Presidente do Senado Maciej Plazynski.
2002	Visita à Polônia do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e visita ao Brasil do Presidente Aleksander Kwasniewski.
2003	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Włodzimierz Cimoszewicz.
2007	Encontro entre o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Lech Kaczyński em Nova York; visita ao Brasil do Presidente do Senado Bogdan Borusewicz; inauguração, em Varsóvia, do Centro Comercial ApexBrasil.
2008	Encontro entre o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Donald Tusk em Lima.
2010	Visita à Polônia do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Radosław Sikorski.
2013	Visita a Varsóvia do então Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado por ocasião da 19ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19) e reunião de trabalho com chanceler Sikorski.
2015	Visita do então vice-Presidente da República, Michel Temer, à Polónia (16-17 de setembro).
2019	Encontro entre os Presidentes Bolsonaro e Duda, à margem do Fórum Econômico Mundial.
2019	Visita do chanceler polonês Jacek Czaputowicz ao Brasil.
2019	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, à Polónia, para participação na Conferência Ministerial sobre Paz e Segurança no Oriente Médio.

2019	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, à Polônia, para encontros com autoridades polonesas.
2020	Conversa telefônica entre os Presidentes Bolsonaro e Duda.
2021	Encontro entre os Presidentes Bolsonaro e Duda, à margem da AGNU.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTOS	DATA	STATUS DA TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Polonês de Diplomacia Ignacy Jan Padarewski sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	Academias Diplomáticas	17/09/2015	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas.	Direito Penal	26/11/2012	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular	Dependentes - Atividades Remuneradas	26/11/2012	Em Vigor
Acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa	Defesa e Assuntos Militares	01/12/2010	Em Vigor

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas	Entorpecentes Direito Penal	09/10/2006	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas.	Agricultura Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Transporte Aéreo	13/03/2000	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Isenção Recíproca de Vistos.	Vistos e Imigração	14/07/1999	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia.	Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1996	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia	Consultas Diplomáticas	20/02/1995	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural.	Cooperação Artístico-cultural	29/07/1991	Em Vigor
Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Cooperação Econômica	05/09/1980	Em Vigor

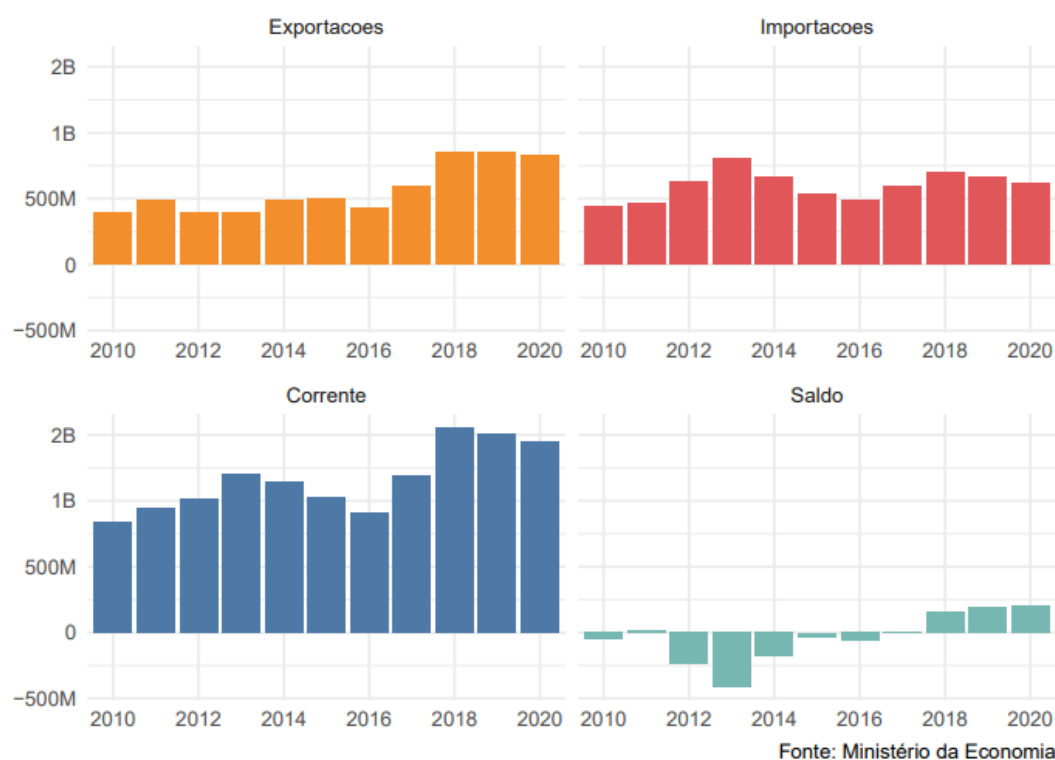
Minutas de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	05/09/1980	Em Vigor
Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório, para Fins Comerciais, na Cidade do Rio de Janeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Relações Diplomáticas e Consulares	05/03/1980	Em Vigor
Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	Transporte Fluvial e Marítimo	26/11/1976	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Cooperação Econômica	16/01/1975	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	Declaração Conjunta	01/12/1962	Em Vigor
Protocolo de Negociações Econômicas entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	25/05/1961	Em Vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	Comércio	19/03/1960	Em Vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-POLÔNIA

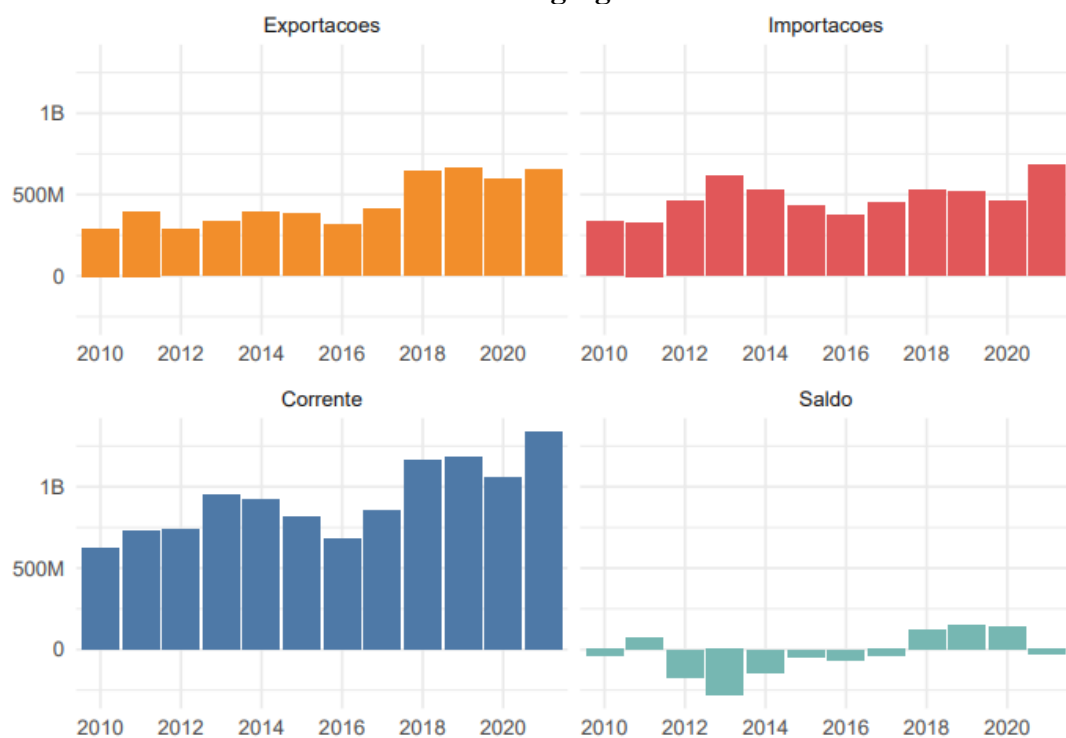
Fluxo de comércio anual



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	826M (-2.86%)	850M (-0.79%)	857M (43.84%)	596M (39.31%)	428M (-13.57%)
Importacoes	619M (-6.48%)	661M (-5.56%)	700M (17.87%)	594M (21.95%)	487M (-7.97%)
Saldo	207M (9.8%)	189M (20.5%)	157M (9 317.6%)	2M (-97.2%)	-60M (-272.2%)
Corrente	1B (-4.45%)	2B (-2.94%)	2B (30.87%)	1B (30.06%)	915M (-10.68%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	495M (2.28%)	484M (22.23%)	396M (1.52%)	390M (-19.02%)	482M (22.97%)
Importacoes	529M (-20.36%)	665M (-17.82%)	809M (29.07%)	627M (34.44%)	466M (4.73%)
Saldo	-35M (-119.1%)	-181M (-143.8%)	-413M (-274.4%)	-237M (-1 652.0%)	15M (-71.5%)
Corrente	1B (-10.83%)	1B (-4.66%)	1B (18.50%)	1B (7.28%)	948M (13.27%)

Fluxo de comércio agregado até setembro

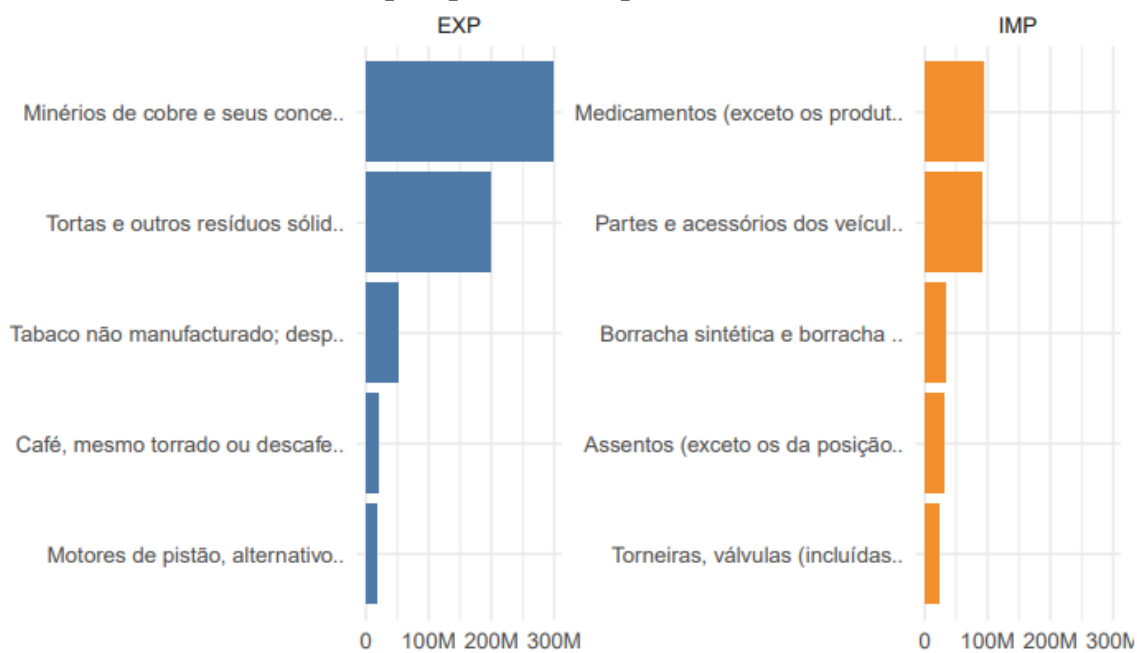


Fonte: Ministério da Economia

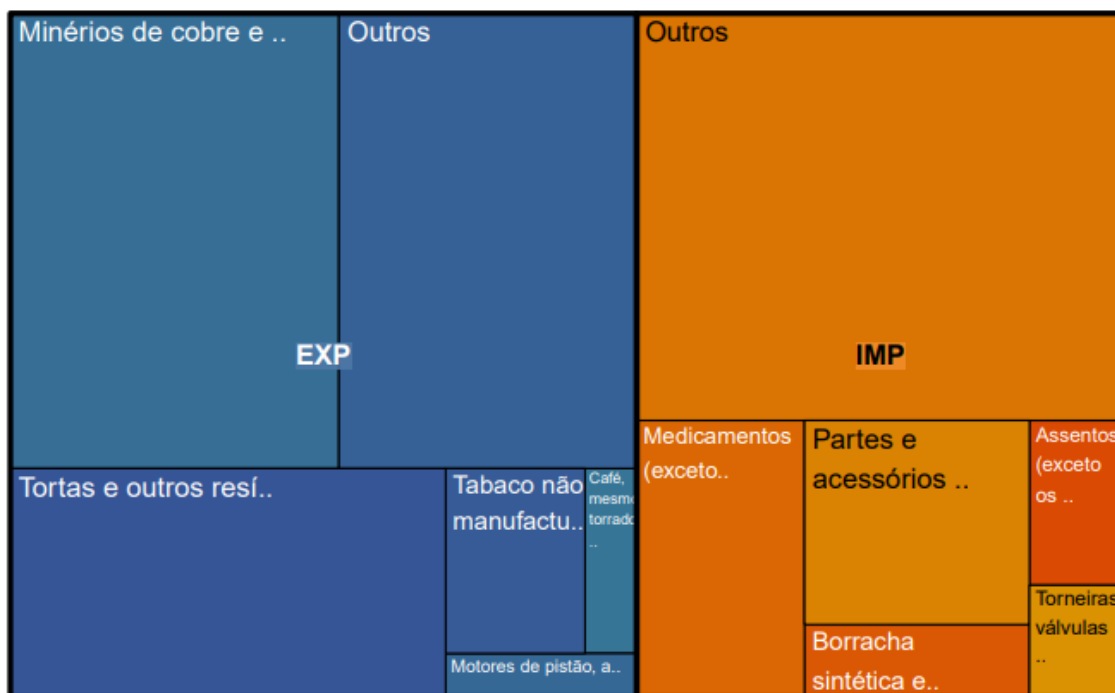
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportações	655M (9.56%)	598M (-10.05%)	665M (3.41%)	643M (57.92%)	407M (31.22%)
Importações	685M (48.9%)	460M (-11.1%)	517M (-1.3%)	524M (17.5%)	446M (19.1%)
Saldo	-29M (-121.3%)	138M (-6.4%)	148M (24.4%)	119M (202.8%)	-39M (-160.7%)
Corrente	1B (26.65%)	1B (-10.51%)	1B (1.28%)	1B (36.76%)	854M (24.58%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportações	310M (-19.47%)	385M (-0.49%)	387M (16.03%)	334M (16.79%)	286M (-27.91%)
Importações	375M (-12.8%)	430M (-19.0%)	530M (-13.8%)	615M (34.4%)	458M (39.2%)
Saldo	-65M (-245.7%)	-44M (-131.0%)	-143M (-150.9%)	-281M (-263.6%)	-172M (-354.2%)
Corrente	685M (-15.93%)	815M (-11.19%)	918M (-3.28%)	949M (27.61%)	744M (2.53%)

Principais produtos da pauta comercial



Fonte: Ministério da Economia



Classificações do comércio

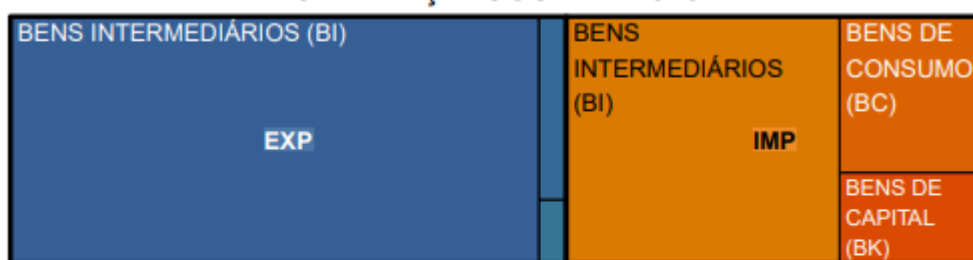
Classificação ISIC em 2020



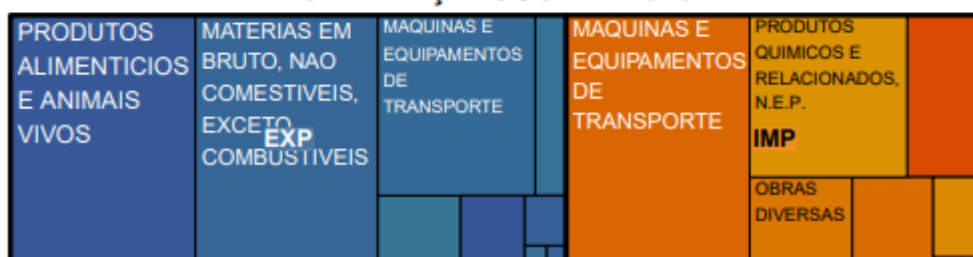
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020

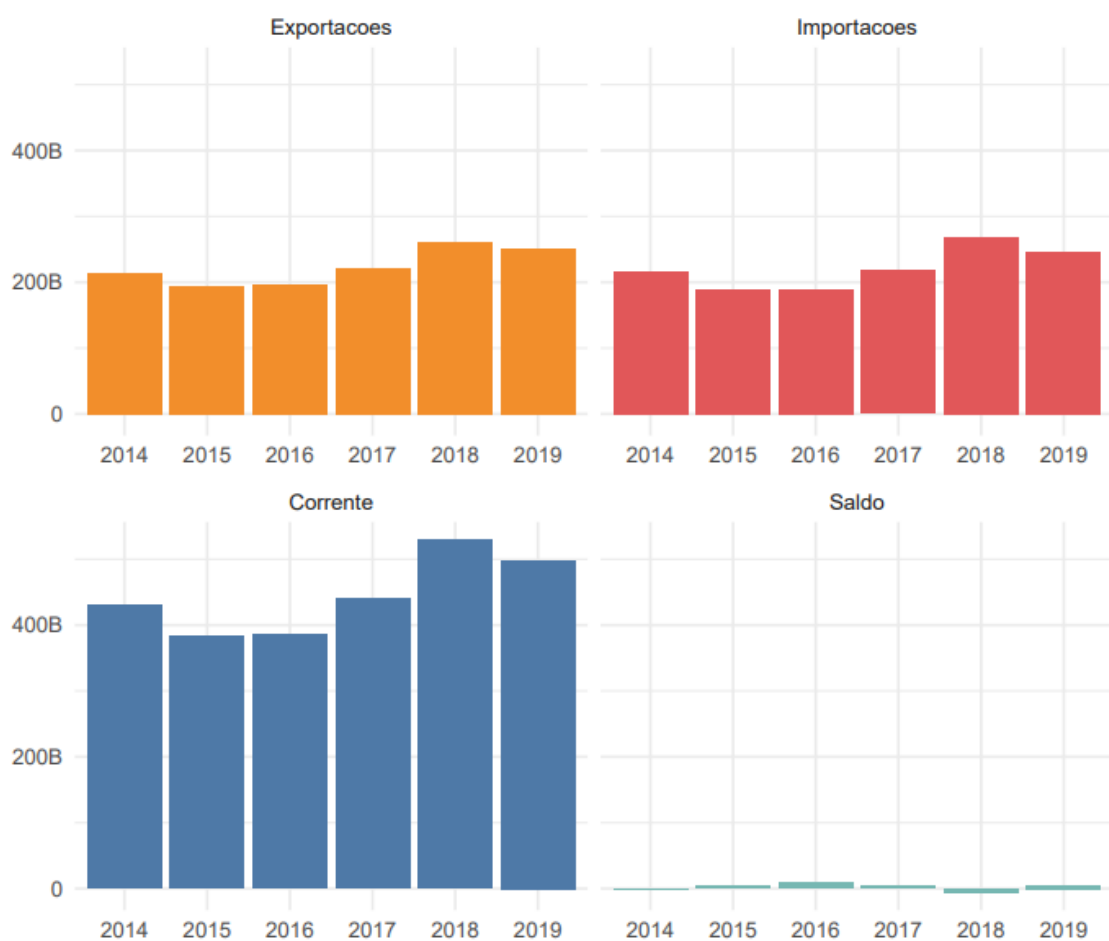


Classificação CUCI em 2020



COMÉRCIO TOTAL DA POLÔNIA

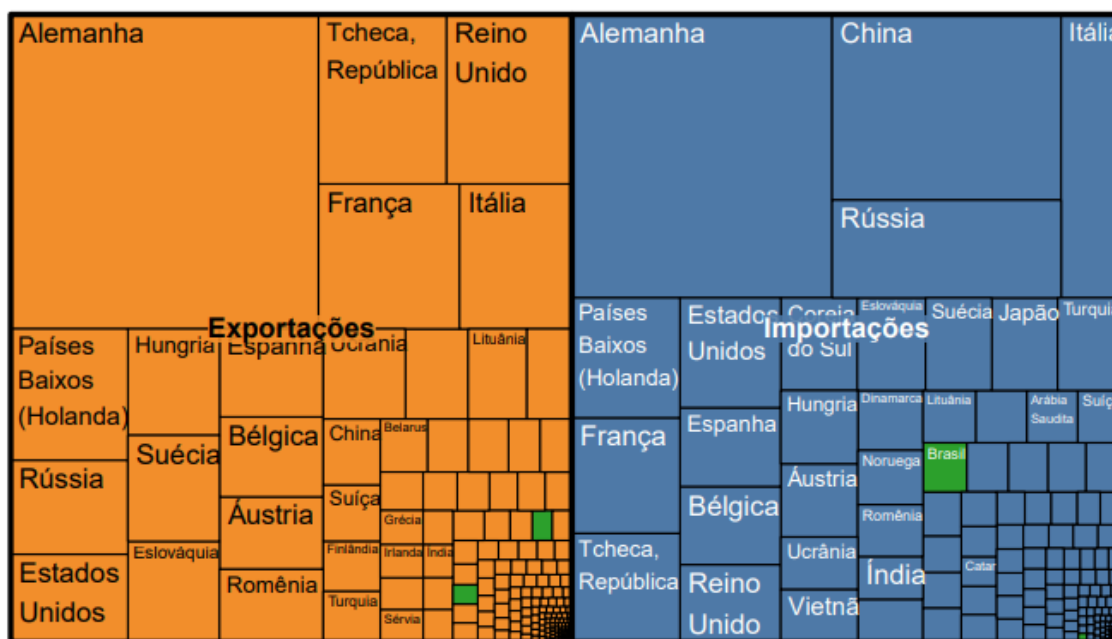
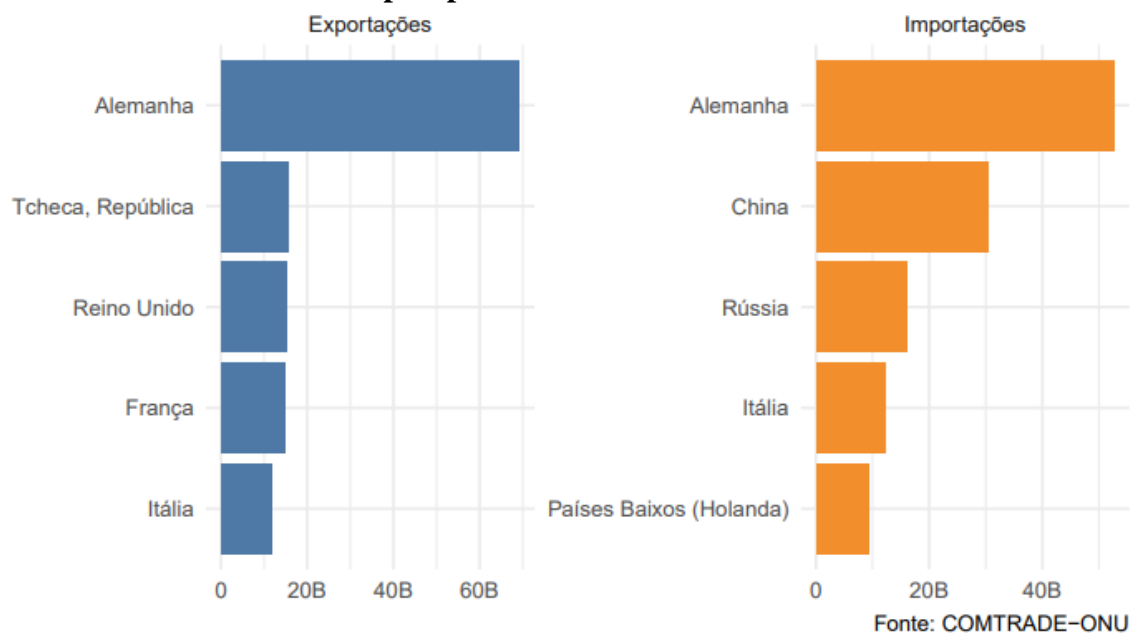
Fluxo de comércio até 2019



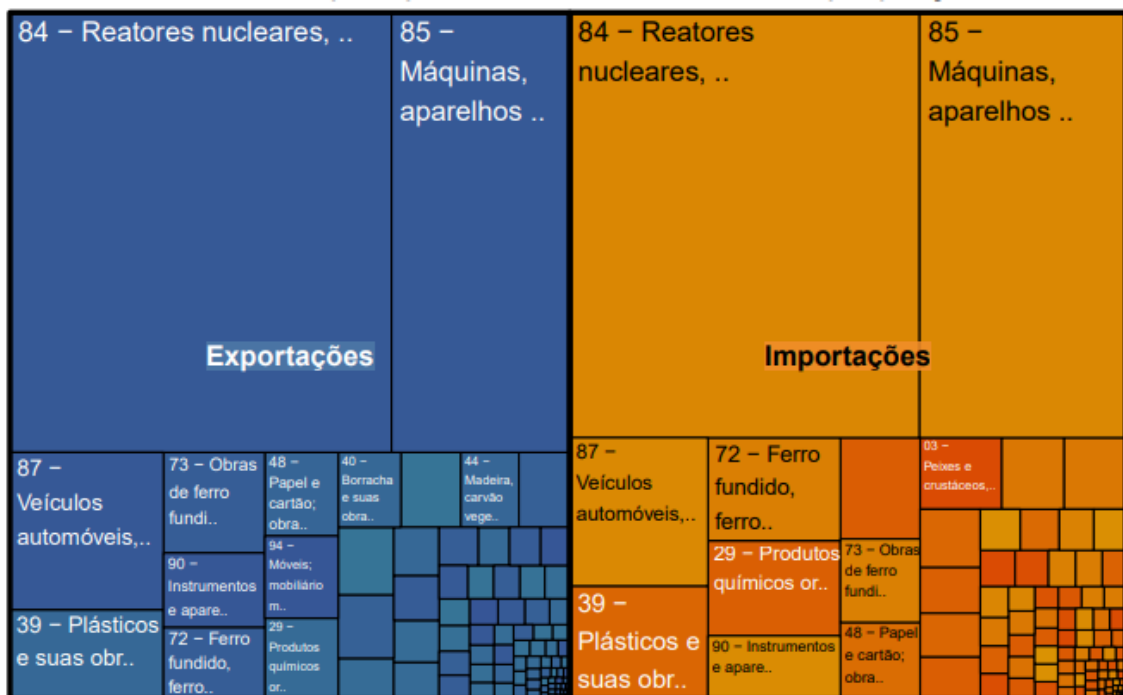
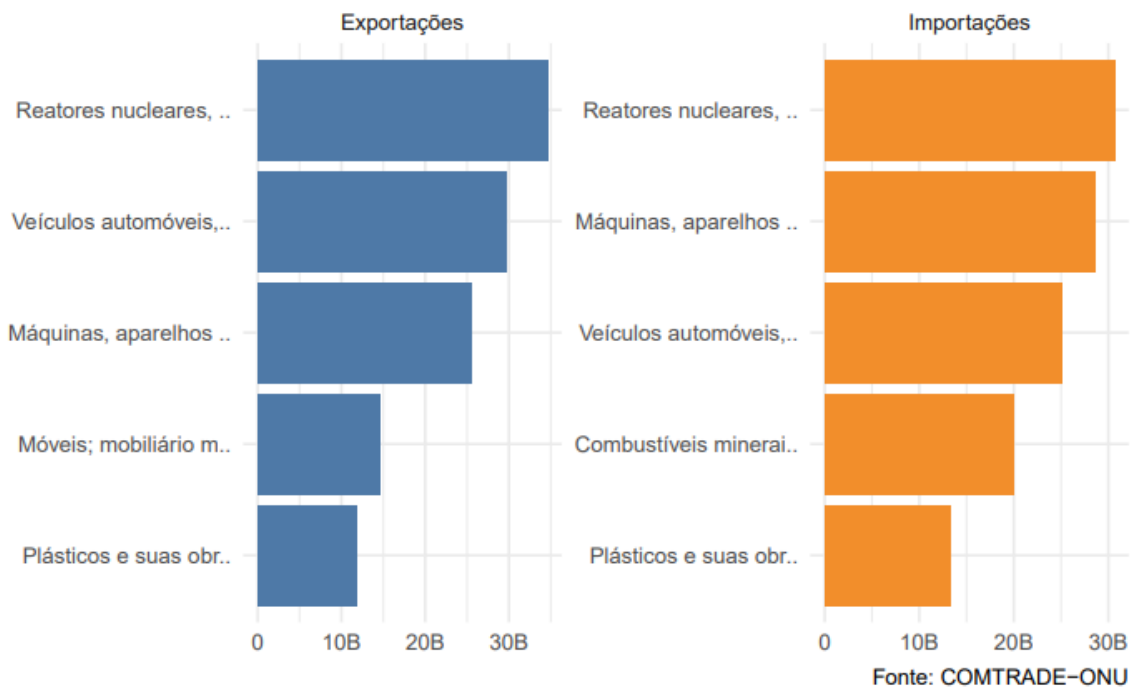
Fonte: Ministério da Economia

	2019	2018	2017
Exportacoes	251.86B (-3.8%)	261.82B (18.3%)	221.31B (12.7%)
Importacoes	246.65B (-7.9%)	267.70B (22.8%)	217.98B (15.6%)
Saldo	5.21B (-11%)	-5.88B (-277%)	3.33B (-58%)
Corrente	498.52B (-5.9%)	529.52B (20.5%)	439.29B (14.1%)

Principais parceiros comerciais em 2019

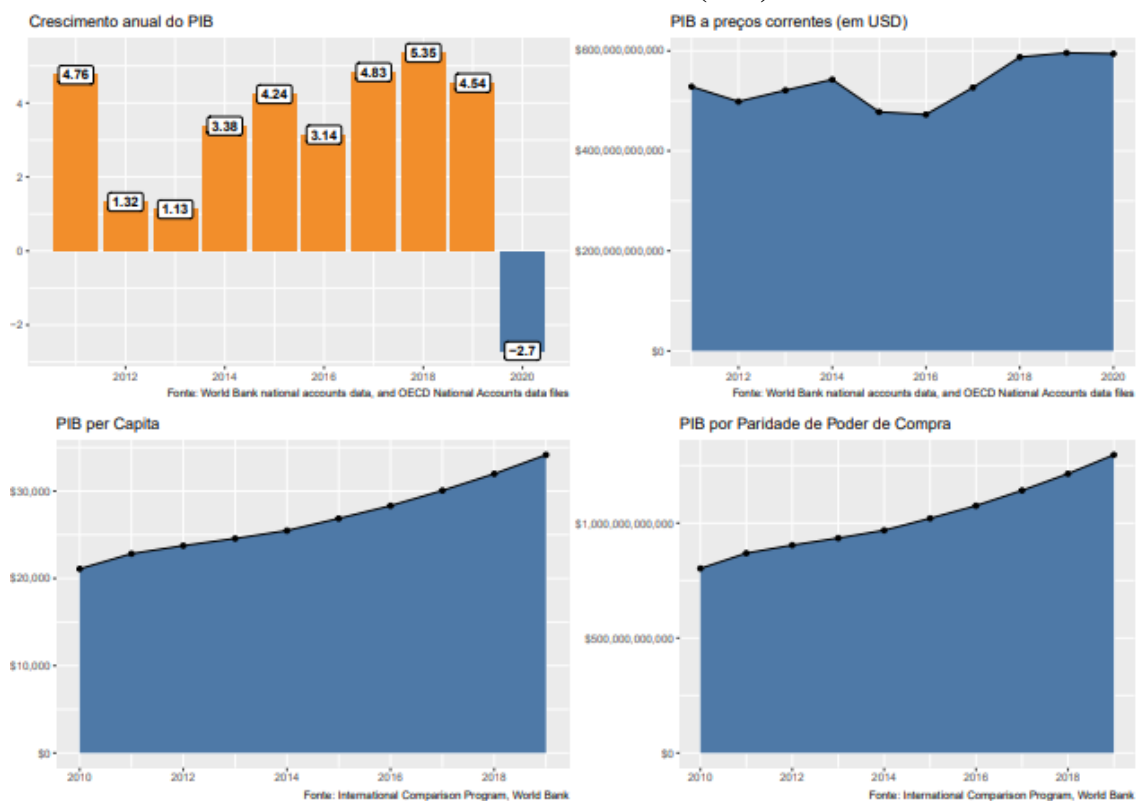


Principais produtos comercializados em 2019

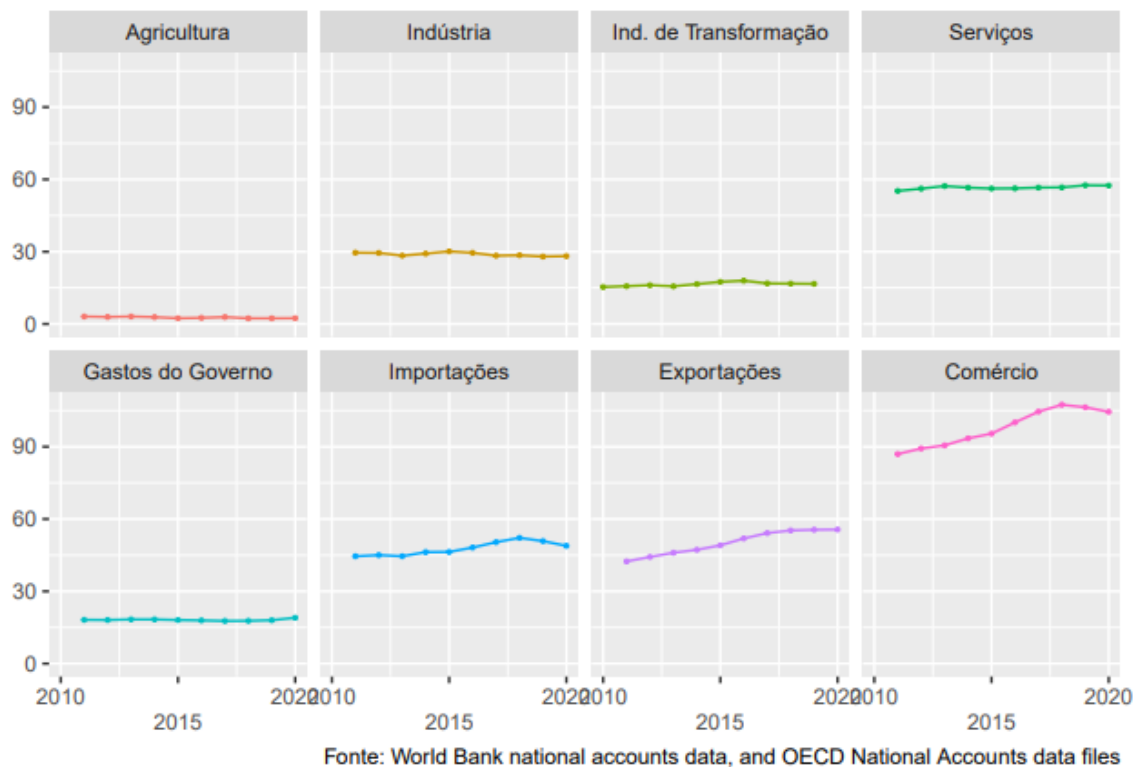


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

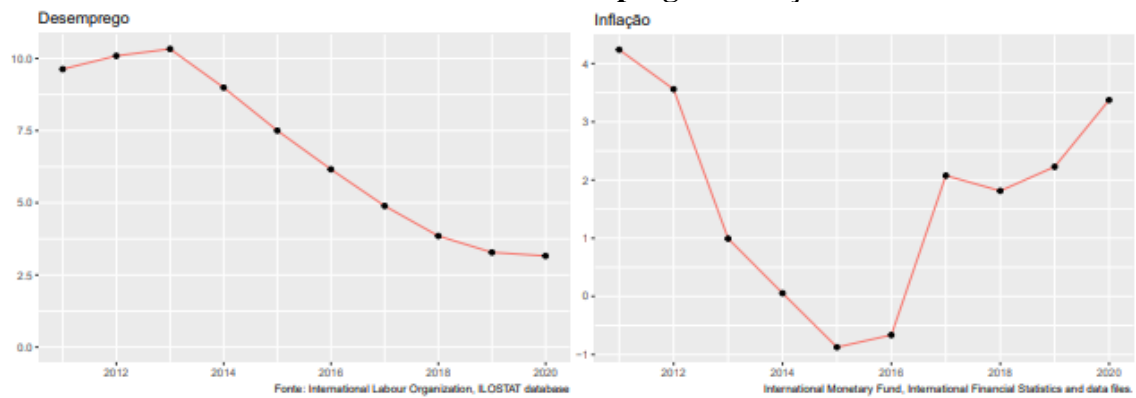
Produto interno bruto (PIB)



Estrutura da economia em proporção ao PIB



Indicadores de desemprego e inflação



Indicadores de investimentos

